

A acesa guerrilha travada há meses entre os partidos do poder é tudo menos luta política. A corrupção e as golpaças reveladas têm, seguramente, absoluto fundamento: fazem parte do modo de vida do capital e do poder político que o serve. Como disse Marx, vivemos no tempo em que "tudo se torna objecto de tráfico" e isso significa "o tempo da corrupção geral, da venalidade universal".

Mas o fogo cruzado de escândalos serve apenas para que as forças do poder disputem entre si lugares e supremacia política. Nada que tenha a ver com uma correcção do rumo que o país leva. A política do PS reúne no essencial a concordância dos homens de negócios e essa é que é a bitola. PSD e CDS limitam-se a reclamar afinções e a anunciar, desde já, medidas ainda mais violentas.

Com efeito, o bloco do poder, correspondendo ao imperativo do mundo dos negócios, declarou por consenso uma guerra de classe aos trabalhadores, materializada no Orçamento do Estado e no Programa de Estabilidade e Crescimento. No OE e no PEC não se vislumbra uma orientação de combate ao desemprego ou à degradação das condições de vida da população. Pelo contrário, todo o "estímulo" ao crescimento económico passa por reduzir o valor do trabalho; e a diminuição do défice do Estado passa por extorquir mais dinheiro aos assalariados. Qualquer ideia que restasse de "pacto social" entre capital e trabalho foi varrida.

Cabe particularmente ao movimento sindical levantar uma barreira a esta ofensiva. Só o conseguirá se eliminar as ilusões sobre bons e maus patrões, se não esperar bom senso da parte do capital, se fizer apelo às energias de classe dos trabalhadores, se estimular a combatividade, se der a perceber que as vitórias terão de ser arrancadas a partir de posições de força.

É esse o sinal que se espera das próximas manifestações de 25 de Abril e 1 de Maio; e sobretudo das greves dos Transportes e da Função Pública.

Guerra ao PEC

Quando, em Março, o governo apresentou o chamado Programa de Estabilidade e Crescimento, sabia-se que se destinava a recolher o apoio dos partidos da direita, dos patrões, de Cavaco Silva, da UE, da OCDE, do BCE, do FMI. Trata-se de um conjunto de medidas

que penalizam as classes trabalhadoras, os reformados e os pobres. Para estes, o PEC representa aquilo a que, com mais propriedade, se pode chamar um programa de extorsão capitalista. É uma guerra desencadeada pelo capital a que os trabalhadores têm de responder com as suas armas de classe. **pág. 2 e 3**

Movimento laboral europeu: o legado ideológico do pacto social

Nos últimos vinte anos, temos sido confrontados com uma imensa ofensiva das forças neoliberais. Os interesses capitalistas passaram à ofensiva e assistimos a uma enorme mudança no balanço de forças entre o trabalho e o capital. As empresas multinacionais estão na vanguarda desta evolução. O "pacto social" do pós-

-guerra entre o trabalho e o capital, a política de coexistência pacífica entre sindicatos e patrões rompeu-se. O lado do capital retirou-se do pacto social e leva a cabo de forma crescente uma política de confrontação com o movimento laboral organizado.

caderno pág. 5 a 8



O interessante caso dos submarinos

pág. 4

PEC, um programa de extorsão capitalista

Não se vislumbra no Programa de Estabilidade e Crescimento uma orientação séria de combate ao desemprego nem à degradação das condições de vida da população. Pelo contrário, todo o “estímulo” ao crescimento económico passa pela redução do valor do trabalho; e todo o esforço de diminuição do défice do Estado passa por extorquir mais dinheiro aos assalariados.

Quando, em Março, o governo apresentou o chamado Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), sabia-se que se destinava a recolher o apoio dos partidos da direita, dos patrões, de Cavaco Silva, da UE, da OCDE, do BCE, do FMI. Trata-se, pois, de um conjunto de medidas que penalizam particularmente as classes trabalhadoras, os reformados e os pobres. Para estes, o PEC representa aquilo a que, com mais propriedade, poderíamos chamar um programa de extorsão capitalista.

De entre o rol de medidas gravosas anunciadas, destaco: o congelamento dos salários da função pública (e não só) e o aumento efectivo da carga fiscal para a generalidade dos portugueses, resultante da diminuição das deduções ao IRS, nomeadamente as referentes à saúde e educação (quem tiver um rendimento líquido mensal pouco acima dos 500 euros pagará mais

imposto). Também de salientar a restrição das despesas sociais, em particular com os desempregados. Ainda, e igualmente merecedor de repúdio, a entrega ao capital privado das empresas públicas que restam; é um fartar vilanagem de privatizações, incluindo das empresas mais rentáveis. Se dúvidas ainda houvesse quanto às linhas-mestras do documento, aí estão desde já as manifestações de apoio de conhecidos inimigos (pessoas e instituições) das classes trabalhadoras e do povo – OCDE, Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia e Vítor Constâncio, próximo vice-presidente do BCE – significando esses seus aplausos que o plano do governo de Sócrates vai no bom caminho, isto é, no sentido favorável aos interesses das classes dominantes, fazendo os trabalhadores pagar a crise do capitalismo. Mesmo não saindo do sistema económico e social vigente,

havendo necessidade de diminuir as despesas e aumentar as receitas, e sem pretender dar conselhos a um governo do capital, elenco, contudo, apenas algumas medidas, que a serem aplicadas, evitariam que fossem os trabalhadores os únicos pagadores da crise:

- Redução drástica das despesas militares, não comprando novas armas, vendendo os submarinos recentemente adquiridos e retirando as tropas portuguesas do Afeganistão e de outras paragens. Só isto pouparia vários milhares de milhões de euros.
- Adiamento da construção do TGV, do novo aeroporto e de uma terceira ponte sobre o Tejo, repensando seriamente a sua necessidade e viabilidade económica. Outros milhares de milhões (mais de 10 mil milhões de euros) se poupariam nos próximos anos.

- Redução drástica das despesas do Estado com consultadoria jurídica externa (e outras consultadorias), poupando centenas de milhões de euros.

- Obrigação de os bancos pagarem efectivamente a mesma taxa de imposto que as outras empresas, com isto originando receitas da ordem das centenas de milhões de euros.

- Taxação pesada dos *offshores*. Taxar, igualmente, e desde já, as mais-valias mobiliárias. E taxar também fortemente os bens supérfluos ou não essenciais (a maior parte deles importados). Aqui encontraria o Estado novas receitas, de muitos milhões. Do ponto de vista das classes exploradas, dos militantes políticos de esquerda e do povo, sabemos que o governo do PS não vai adoptar um conjunto de medidas deste tipo para fazer face aos défices e à “crise”. Portanto, não nos resta, face a este PEC ou a outros do mesmo tipo que aí venham, senão um combate determinado, radical e sistemático. Seja com este governo do capital ou com outro que se lhe siga. É uma dura e difícil luta que nos espera, mas não nos é possível deixar de levá-la a cabo.

Pedro Goulart

Select despede, faz chantagem e não quer pagar

Por acordo celebrado entre o Governo e a Lisnave, em Janeiro de 2008, a Select (empresa de trabalho temporário) colocou naquela empresa cerca de 200 trabalhadores, oriundos da Gestnave, da Erecta, assim como jovens em formação profissional. Em 28 de Fevereiro de 2010, por indicação da Administração da Lisnave, a Select despediu 150 trabalhadores, cujos contratos só

terminariam em Agosto e Setembro. Mas, aos trabalhadores, e sob forma de chantagem, foi colocada a exigência de despedimento por mútuo acordo, com pagamento de parte dos direitos e a promessa de novo contrato a termo, com uma segunda Lisnave criada pela administração, com diminuição da categoria profissional e sem quaisquer direitos. Os trabalhadores, reunidos a 25 de Fevereiro,

não se conformaram com esta situação de passarem de efectivos da Gestnave e Erecta a contratados a termo na Select e de, agora, para manterem o posto de trabalho, terem que aceitar um acordo de despedimento, com perda de direitos e continuação em posto de trabalho permanente com contrato de trabalho precário.

Por isso, reclamaram das competentes autoridades uma intervenção

urgente, já que, face ao artigo 129.º do Código do Trabalho, é proibido às empresas despedir e readmitir, com o único objectivo de prejudicar os trabalhadores, como é o caso. Entretanto, com os salários até Agosto/Setembro e o pagamento de férias a que têm direito, os trabalhadores despedidos têm a haver cerca de 3 000 euros, que a Select procura não pagar.

FIEQUIMETAL / MV

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart

Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, Manuel Monteiro, Manuel Vaz, Rita Moura, Urbano de Campos

Site David Raposo

Contactos

Apartado 50093 S. João de Brito 1702-001 Lisboa

jornalmudardevida@gmail.com

www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números (um ano) / Donativo mínimo, €15 / Apoio, o mais possível

Como fazer uma assinatura:

No site www.jornalmudardevida.net (> Assinaturas): indique nome, morada, código postal e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionar “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Para sabermos de quem vem o contributo envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado ao portador.

Transportes fazem greve geral em 27 de Abril

Primeiro grande protesto contra o PEC

Os sindicatos do sector dos transportes ferroviários, rodoviários e fluviais (envolvendo sindicatos da CGTP, UGT e independentes) decidiram avançar para uma paralisação geral dos transportes de passageiros a realizar no próximo dia 27 de Abril.

Participaram na reunião, que decorreu em 29 de Março, dirigentes sindicais de empresas do sector público e do sector privado, destacando-se a presença da CP, do Metro, da Carris, da Soflusa e da Transtejo.

Relembramos que, no dia 23 de Março, já os ferroviários estiveram em greve, com a participação dos trabalhadores da CP, da REFER e da EMEF, tendo havido grande adesão dos trabalhadores e forte perturbação na circulação ferroviária em quase todo o país. E que, apesar da CP ter recorrido a transportes alternativos, foram grandes os transtornos dos utentes. Igualmente, no dia 19 do mesmo mês, estiveram em luta os trabalhadores da Carris e dos TST, com forte adesão à greve na empresa da margem Sul do Tejo.

O congelamento dos salários nas empresas públicas, os cortes generalizados nas políticas sociais, o bloqueio à contratação colectiva e a perspectiva de privatização de empresas como a TAP, a CP, a EMEF e os CTT, fundamentam bem a justeza da luta que os trabalhadores pretendem levar a



cabo. Já que, a ser prosseguida a política do governo do PS, delineada no Orçamento de Estado para 2010 e no chamado Programa de Estabilidade e Crescimento (com o apoio dos patrões, do Presidente da República, da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional), o desemprego continuará a crescer e a vida de quem trabalha tornar-se-á ainda

mais penosa.

Entretanto, segundo anuncia o Sindicato dos Fluviais, os trabalhadores da Soflusa e da Transtejo, além da adesão à greve nacional dos transportes de passageiros de 27 de Abril, também farão greves parciais nos dias 10, 11 e 12 de Maio.

A ampla unidade de acção que se perspectiva dia 27, se precedida de um intenso trabalho de base nas

diversas empresas envolvidas (e, inclusive, se a iniciativa for capaz de ultrapassar um dia de greve) poderá vir a traduzir-se numa importante vitória das classes trabalhadoras do sector dos transportes e representar um bom exemplo a seguir em outros sectores em luta.

Poderá ser esta a primeira grande acção de resposta ao PEC.

Pedro Goulart

Um PSD remaquilhado

Feitas as eleições no PSD e regressada à base a velha senhora, surge Passos Coelho à frente do partido, com uma enorme vontade de disputar o lugar até aqui ocupado pelo desacreditado José Sócrates. Ambos concorrentes no “bem trajar”, ambos sedentos de poder, ambos procurando bem servir os mesmos interesses – os da burguesia – resta ver em que cavalo vai esta agora apostar. Porque, quanto ao essencial, PS e PSD, assim como os seus dirigentes, estão de acordo. E quanto ao PEC, quando um disser mata, o outro certamente dirá esfola.

Mas quem é este Passos Coelho, defensor de um estado reduzido, preocupado fundamentalmente com

uma “segurança” e uma “justiça” que defendam bem a sua gente – a classe burguesa – e deixem funcionar livremente o “mercado”? Através dos personagens que o rodeiam, talvez seja possível ficar com uma ideia mais precisa da política que irá prosseguir.

A equipa que lhe vai preparar o projecto de revisão constitucional – um dos cavalos de batalha do novo dirigente do PSD – é dirigida por Paulo Teixeira Pinto, monárquico, ex-Opus Dei e ex-presidente do BCP. E é constituída, entre outros, por Jorge Bacelar Gouveia (até há pouco presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, OSCOT – ver artigo na página 4), por Carlos Blanco de Morais, assessor de Cavaco Silva e jurista que se

destacou como teórico neo-conservador nos meios universitários portugueses, após a eleição de Bush. Blanco de Morais destacou-se, igualmente, pelas suas posições de direita quanto à anterior legislação referente à integração dos imigrantes ou à, mais recente, respeitante aos casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

De salientar, ainda, o importante papel que Ângelo Correia (também referido no artigo sobre o OSCOT) pode vir aqui a desem-penhar. Embora, talvez, não venha a integrar agora os organismos dirigentes do partido, o actual presidente do grupo Fomentivest, onde Passos Coelho também é administrador, dispõe de enorme influência junto do novo presidente do PSD.

Independentemente de quem apareça à frente da nova direcção do PSD (alguns serão apenas testas-de-ferro), parte das influências decisivas certamente irão permanecer, por enquanto, numa sombra relativa.

A luta partidária entre os partidos do bloco central (PS e PSD) vai intensificar-se nos próximos tempos. Mas, com ou sem novas eleições à vista, não pode haver ilusões entre os explorados. As medidas duras que aí vêm, contra os trabalhadores e os pobres, caso estas a elas não se oponham com a maior firmeza, serão certamente bastante penalizadoras dos seus direitos e interesses. E serão da responsabilidade destes dois partidos ou de um qualquer deles associado ao CDS.

Pedro Goulart

O interessante caso dos dois submarinos

Corrupção, chantagem e desperdício

Segundo a agência Lusa, o almirante Vieira Matias (chefe de Estado Maior da Armada entre 1997 e 2002 e, então, envolvido no processo de renovação da capacidade submarina) afirmou, a propósito de uma eventual denúncia do contrato dos submarinos, que Portugal deve “comportar-se como um país adulto”, antevendo consequências económicas para o país caso se verifique a “não concretização de um contrato assumido pelo Estado português”. Isto, segundo ele, por poder provocar o encerramento “de grandes empresas de capital alemão”, como a Autoeuropa, devido à participação de 30% da Volkswagen na Man Ferrostaal (uma das empresas do consórcio alemão vencedor do concurso dos submarinos). Estas curiosas declarações de Vieira Matias, que aparentam reve-

lar um certo “sentido de estado”, não são novas: vêm na linha de anteriores e análogas declarações chantagistas de um administrador da Ferrostaal.

Toda esta conversa do senhor almirante, mesmo depois do que se sabe sobre o escandaloso incumprimento das contrapartidas contratadas e das “luvas” distribuídas! Quer dizer, as empresas capitalistas e os estados poderosos, além de sacarem o dinheiro das armas vendidas, podem também praticar roubos extra com toda a impunidade. O capital e os seus homens de mão estão muito habituados a estas coisas – exploram, roubam e chantageiam permanentemente os trabalhadores e os povos.

Vieira Matias acrescentou ainda que a renovação da capacidade submarina faz parte do “interesse nacional” e que “qualquer intenção, velada ou não, de prejudicar a capacidade submarina da Marinha

é um crime de lesa pátria”.

Percebe-se bem os esforços e o “patriotismo” do almirante Vieira Matias e do contra-almirante Rogério Oliveira (este também senhorio e consultor), como se compreende lindamente os diversos “patriotismos” de Jurgen Adolff (cônsul honorário de Portugal na Alemanha), dos administradores da Ferrostaal, de Durão Barroso e Paulo Portas, dos Horta e Costa, de vários quadros superiores do Banco Espírito Santo ou de alguns advogados de escritórios conhecidos. Só não se percebe que falta fazem os submarinos.

Os dois submarinos adquiridos sempre foram considerados por muitos como inadequados num país como o nosso e traduzindo-se, efectivamente, em mais um desperdício de bens públicos. Embora a sua aquisição possa ter trazido umas boas “luvas” a certa gente. Esta é mais uma manifestação de que a



corrupção é uma característica marcante do capitalismo putrefacto, sendo notória a existência de vários polvos, com numerosos tentáculos, na sociedade portuguesa. E que recorrem, habitualmente, a muitos disfarces!

Pedro Goulart

OSCOT

Os objectivos do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT) “centram-se na sensibilização do público relativamente aos temas de Segurança em geral, na formação de futuros especialistas e na formação complementar de especialistas nestas áreas e na realização de relatórios periódicos sobre Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo”.

José Manuel Anes, professor universitário e criminalista, foi recentemente empossado como presidente da Direcção do OSCOT, sucedendo a Jorge Baccalar Gouveia, deputado do PSD e também professor universitário, que há pouco se demitiu do cargo. Hoje, são também responsáveis deste Observatório, entre outros, os generais Loureiro dos Santos (presidente da Assembleia Geral) e Garcia Leandro (presidente do Conselho Consultivo) e o engenheiro Ângelo Correia (do Conselho Consultivo), este último igualmente presidente da Associação de Empresas de Segurança Privada e ex-ministro da Administração Interna.

Recorde-se que o OSCOT, fundado em 2004 por Rui Pereira (actual ministro da Administração Interna), teve como principal actividade, nos primeiros anos, cursos de pós-graduação e mestrado em Direito e Segurança, numa íntima colaboração com a Universidade Nova de Lisboa.

Mas vejamos o que pensam e dizem estes “sábios” da Segurança. Em Março de 2009, José Manuel Anes, então vice-presidente do OSCOT e director da revista *Defesa e Segurança*, defendia com veemência mais operações policiais, rusgas, detenção de pessoas em situação irregular e instalação de videovigilância. E, agora, como novo presidente do Observatório, já sublinhou a necessidade de mais efectivos policiais e de uma mais

rígida aplicação das leis, assim como o desejo de ver o OSCOT “reconhecido como Instituição de Utilidade Pública” (através da promoção de “uma intensa e oportuna participação pública”, com recurso a debates, seminários, etc.).

Na mesma linha de pensamento, e dando crédito a um recente “estudo” divulgado pela empresa *Fire & Security*, Garcia Leandro afirma ao DN que hoje as pessoas “estão dispostas a trocar privacidade por segurança”. E, a propósito da guerra do Afeganistão, o General Loureiro dos Santos opina (também no DN) que “não seria compreensível que Portugal não se envolvesse neste combate e que o país “tem condições para aumentar a sua colaboração, enviando uma força de batalhão de 300 efectivos”.

É manifesto o papel criminoso que os “estudos” e opiniões destes nossos “observadores”, exagerando nos factos e no seu significado, desempenham no fomento do medo e da insegurança nas camadas populares. Na actual situação, perante as centenas de milhares de desempregados e o enorme fosso que separa a miséria e a opulência entre nós, só é de estranhar que não haja efectivamente mais supermercados assaltados e violência a sério no País.

Do mesmo modo, como acabamos de ver, estes “especialistas” também procuram intoxicar a opinião pública sobre a “necessidade” de participarmos nas agressões militares comandadas pelos EUA, tentando assustar-nos com o papão da Al-Qaeda e argumentando com o “perigo para o Ocidente” que representariam o Iraque e o Afeganistão livres do imperialismo norte-americano.

A OSCOT apresenta estudos (aparentemente científicos) e teoriza a “Segurança”, para melhor influenciar a acção dos governos e inculcar nos *media* do sistema os elementos que facilitem a aceitação pela opinião pública de leis e medidas mais repressivas em relação às classes trabalhadoras e aos militantes políticos de esquerda. Não exercendo directamente a repressão, estes “sábios” (universitários, militares e empresários) do Observatório são, no entanto, alguns dos autores morais de medidas gravemente atentatórias das liberdades daqueles que mais consequentemente se opõem ao actual sistema de opressão e exploração capitalista. A OSCOT é, indubitavelmente, um instituto ao serviço do terrorismo de estado e da agressão militar imperialista.

Carlos Completo

Movimento laboral europeu: o legado ideológico do pacto social

Revisão do Código do Trabalho, redução das prestações sociais, limitação do subsídio de desemprego, despedimentos colectivos e individuais, aumento da idade e redução das pensões de reforma, destruição do Serviço Nacional de Saúde, privatização de serviços públicos, degradação do Ensino, baixa de salários, aumento do horário de trabalho, subida de impostos sobre os assalariados...

Esta sucessão de medidas - que vem desde pelos menos há 20 anos, levada a cabo por governos de todas as cores, em Portugal como na Europa e no resto do mundo - não ilude sobre um facto: o Capital desencadeou uma ofensiva brutal contra as classes trabalhadoras retirando-lhes, palmo a palmo, ganhos materiais e sociais que tinham sido adquiridos pela força do movimento popular e sindical após a Segunda Grande Guerra ou, no caso português, depois do 25 de Abril de 1974.

E também não pode haver ilusões sobre outro facto: a capacidade de resistência dos trabalhadores e das organizações sindicais é escassa para o que está em jogo e por isso não tem sido capaz de travar a ofensiva. O Capital conduz uma guerra de classe ao Trabalho. O Trabalho só pode vencer essa guerra se fizer pleno uso das suas armas de classe. Onde residem as debilidades que tiram força à resistência dos trabalhadores? É a esta questão que o artigo do sindicalista norueguês Asbjørn Wahl (publicado na revista norte-americana *Monthly Review*, em Janeiro de 2004) procura dar resposta.

O movimento sindical europeu está na defensiva. Está também numa profunda crise política e ideológica. Presentemente, os sindicatos estão incapazes de cumprir o seu papel como defensores dos interesses económicos e sociais imediatos dos seus membros. Perderam terreno em todos os sectores e indústrias. Aquilo que era, no período a seguir à Segunda Guerra Mundial, o mais forte e influente movimento sindical no mundo capitalista está hoje abertamente confuso, falta-lhe uma visão clara e hesita na sua nova orientação política e social. Ironicamente, as mesmas teorias, análises e políticas que lhe deram força no período do pós-guerra tornaram-se agora um pesado fardo. O legado ideológico do "pacto social" conduz agora o movimento sindical por maus caminhos.

A ofensiva neoliberal

Por trás deste desenvolvimento está a transformação neoliberal em curso nas nossas sociedades. Como este processo não é o tema deste artigo, mencionemos apenas alguns pontos importantes. Nos últimos vinte anos, temos sido confrontados com uma imensa ofensiva das forças neoliberais. Os interesses capitalistas passaram à ofensiva e assistimos a uma enorme mudança no balanço de forças entre o trabalho e o capital. As empresas multinacionais estão, claro, na vanguarda desta evolução. O "pacto social" do pós-guerra entre o trabalho e o capital, a política de coexistência pacífica entre sindicatos e patrões rompeu-se. O lado do capital retirou-se do pacto social e leva a cabo de forma crescente uma política de confrontação com o movimento laboral organizado.

As tentativas das empresas multinacionais e dos seus servidores políticos para aprofundar e para institucionalizar as suas novas posições de força são parte importante deste movimento. Isto está a ser feito principalmente através de instituições internacionais e acordos como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e por estruturas regionais de poder como a União Europeia

(UE). Como estas estruturas são menos democráticas do que os governos locais e estatais, demonstraram ser os mais úteis e eficazes instrumentos para a institucionalização do poder das empresas.

A análise seguinte baseia-se no conceito de que a UE é hoje a via pela qual o modelo económico e social neoliberal se institui na Europa. A UE e outras instituições regionais e supranacionais estão a ser edificadas na base da nova relação de forças e não podem ser modificadas, democratizadas, ou derrotadas enquanto os trabalhadores não forem capazes de alterar a actual relação de forças a seu favor. Uma tal alteração requer que o movimento sindical faça da mobilização das forças da classe operária e populares a sua tarefa de longo prazo.

Novas condições, velha política

Infelizmente, mobilizar as forças da classe operária não está hoje nos planos do movimento sindical europeu. O paradoxo que o movimento laboral enfrenta está no facto de a maioria dos sindicatos continuar a seguir a política do pacto social quando o ambiente económico e político em que os sindicatos operam se alterou enormemente. Consideram a chamada globalização não como o resultado de estratégias conscientes e de novas relações de forças e de classes, mas como simples consequência de mudanças tecnológicas e organizativas, uma posição notavelmente parecida com a que expressou Margaret Thatcher quando infamemente disse "Não há alternativa". O que é preciso, dizem, é transferir a política do pacto social do nível nacional para o nível regional e mundial. Os seus métodos são o "diálogo social" com as organizações patronais e com as estruturas estatais e supra-estatais, campanhas para a introdução formal de regras laborais (tais como as convenções laborais da Organização Mundial do Trabalho que, entre outras coisas, proibem o trabalho forçado, garantem os direitos de livre associação e contratação colectiva, e proibem a discriminação no emprego) nos acordos internacionais de comércio e nas organizações comerciais, bem como a busca de códigos de

conduta de responsabilidade social nas empresas e acordos estruturais com as empresas multinacionais. Estes últimos são códigos de conduta desenvolvidos pelas próprias empresas multinacionais de modo voluntário, livre e não obrigatório. Até agora, não tiveram efeito que se note no comportamento das empresas e parecem ter tido como principal objectivo contrabalançar a imagem pública negativa de muitas empresas multinacionais.

Esta estratégia de "diálogo social" é seguida independentemente de uma análise concreta das relações de força e sem reconhecer a necessidade de mobilizar as forças de classe e populares para alcançar a mudança social. Para compreendermos o actual estado de coisas temos de olhar mais de perto para a história do movimento laboral europeu - em particular a política do pacto social, cuja história e impacto são importantes para percebermos a crise política e ideológica do movimento laboral.

O compromisso histórico entre Trabalho e Capital

Durante o século XX, o movimento sindical na Europa Ocidental desenvolve gradualmente uma espécie de acomodação pacífica com os interesses capitalistas. Durante os anos 30, esta acomodação foi primeiro instituída em certas partes da Europa, principalmente no norte, quando o movimento sindical alcançou acordos com as organizações patronais. Depois da Segunda Guerra Mundial, um processo similar ocorreu na maior parte do resto da Europa Ocidental.

Este pacto social entre trabalho e capital formou a base em que o Estado de bem-estar se desenvolveu e em que foram gradualmente melhorados os salários e as condições de trabalho. Após um período caracterizado por confrontos entre trabalho e capital, as sociedades entraram numa fase de paz social, negociações bipartidas e tripartidas (trabalho, patrões e Estado), e políticas de consenso. Porque levou a importantes melhoramentos em termos de bem-estar, salários e condições de trabalho, esta política ganhou o apoio massivo da classe operária. Como conse-

quência, os sectores mais radicais e anticapitalistas do movimento laboral foram gradualmente marginalizadas. Assim, esta evolução conduziu à despolitização e desradicalização do movimento laboral e à burocratização do movimento sindical. O papel histórico dos partidos social-democratas passou a ser o de administrar esta política de compromisso de classes. Não admira que as actuais dificuldades que atingem os sindicatos se espelhem nos problemas que os partidos social-democratas da Europa enfrentam.

É importante perceber que esta parceria social entre trabalho e capital foi um resultado da efectiva força dos sindicatos e do movimento laboral. Os patrões e as suas organizações chegaram à conclusão de que não eram capazes de derrotar os sindicatos. Tiveram de os reconhecer como representantes dos trabalhadores e negociar com eles. Por outras palavras, a acomodação pacífica entre trabalho e capital assentava num forte movimento laboral. Um outro factor importante no período pós Segunda Guerra Mundial foi o capitalismo ter passado por mais de vinte anos de um crescimento económico estável e forte. Isto tornou possível partilhar os dividendos entre trabalho, capital e bem-estar público.

Uma parte decisiva do pacto social era a regulamentação nacional do capital e dos mercados. O controlo capitalista era a ordem do dia em todos os países. Acordos entre trabalho e capital eram feitos de modo ordeiro e pacífico dentro das fronteiras nacionais. Um importante resultado disto foi que o movimento sindical se tornou muito nacionalmente orientado. O internacionalismo no movimento sindical começou a deteriorar-se numa espécie de diplomacia dentro dos organismos internacionais (como a OIT, Organização Internacional do Trabalho) e mesmo em diferentes formas de turismo sindical, com pouca ou nenhuma ligação com as necessidades ou os interesses imediatos dos membros mesmo se alguma da retórica política internacionalista continuou a ser usada.

Apesar da retórica socialista, para o movimento sindical o pacto social significou a aceitação da organização capitalista da produção, a propriedade privada dos meios de produção e o direito dos patrões de conduzirem o processo laboral. Em troca de ganhos de bem-estar e de condições de trabalho, as confederações sindicais garantiam paz industrial e moderação nas negociações salariais. Dito de forma clara, o estado de bem-estar e condições de vida gradualmente melhoradas foi o que o movimento laboral ganhou em troca da desistência do seu projecto socialista. Hoje podemos concluir que se tratou de um melhoramento de curto prazo num contexto histórico muito específico, que ajudou grandemente a despolitizar e desradicalizar a classe operária.

Um dado importante deste contexto foi a existência da União Soviética e da Europa de Leste. Como apontou o historiador britânico Eric Hobsbawm, este facto ajudou a que os capitalistas no Ocidente aceitassem esse compromisso (1). Foi na base deste compromisso que as mais importantes reformas e instituições de assistência social foram desenvolvidas durante as três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. O movimento social radicalizado que emergiu da crise económica e social dos anos 30 e da guerra

deparou, por outras palavras, com uma estratégia consciente da parte dos seus adversários capitalistas. Eles entraram voluntariamente em pactos sociais e cederam a muitas das exigências sociais e económicas do trabalho para ganharem tempo e amortecer os sentimentos socialistas do movimento laboral. Observada do ponto de vista favorável de hoje, podemos dizer que esta estratégia corporativa foi bastante bem sucedida.

Uma clara divisão de trabalho dentro do movimento laboral foi um assinalável efeito lateral do compromisso de classes. As condições para a compra e venda do trabalho foram reguladas pelo movimento sindical através de negociações, enquanto a segurança social para os desempregados foi controlada pelos partidos social-democratas no parlamento. Isto lançou os fundamentos para uma evolução mais estreitamente economicista do movimento sindical, coisa que hoje enfraquece os sindicatos, tal como os partidos social-democratas mirraram até mesmo das suas primitivas políticas reformistas.

A ideologia do Pacto Social

Durante a época do pacto social, esta estratégia das empresas parece ter cegado o movimento laboral. Com base na experiência real de vinte anos de melhorias contínuas nas condições de trabalho e de vida, o entendimento comum era de que tinha sido descoberto um caminho de a sociedade trazer progresso social e uma distribuição de riqueza relativamente justa às pessoas sem ter de forçar a luta de classes e as confrontações sociais. Pensava-se que a sociedade capitalista tinha atingido um nível superior de civilização. Através de reformas graduais, o movimento laboral tinha aumentado o controlo democrático da economia. Um capitalismo livre de crises tinha-se tornado realidade. Não haveria mais crises económicas como a dos anos de 1930, nem desemprego, nem sofrimento social, nem miséria entre o povo. Todos os indicadores sociais apontavam para cima. Para uma grande maioria no movimento laboral isto era a via reformista para o socialismo – e todos podiam ver que a coisa funcionava!

Estes feitos sociais reais formaram a base material de uma ideologia de parceria social que permanece profundamente enraizada na burocracia sindical europeia. Pessoalmente, eu ouvi esta ideologia ser abertamente expressa pela primeira vez quando tomei parte em acções de formação de base no centro de educação da Confederação Norueguesa de Sindicatos, no começo dos anos 1980. Aprendi aí que o primeiro terço do século XX foi caracterizado por intensos conflitos entre o capital e o trabalho – incluindo greves gerais, *lockouts*, e o uso de forças policiais e militares contra os trabalhadores organizados em greve. Este foi um período destrutivo que, no final (anos 1930), levou a classe operária a lado nenhum. Só quando esta política de confronto foi abandonada, quando o movimento sindical começou a tomar plena responsabilidade social, que o verdadeiro progresso foi alcançado – na forma de melhores condições de trabalho, melhores salários e reformas sociais. Por outras palavras, os confrontos com o patronato são destrutivos; o caminho em frente é o do diálogo social pacífico. Esta era a lição que o centro de educação dos sindicatos ensinava até ao começo dos anos 1980.

Tal análise era errada então e é errada hoje. Contudo, as consequências deste erro tornaram-se mais perigosas para o movimento sindical na medida em que o pacto social fracassou. Esta análise obscurece que as grandes conquistas em termos de condições sociais e de trabalho, durante o período do compromisso de classe após a Segunda Guerra Mundial, foram os frutos dos conflitos anteriores.

O progresso foi possível apenas porque a classe operária tinha desequilibrado a balança de forças entre trabalho e capital através de confrontos e dura luta de classe durante a primeira parte do século XX (incluindo a revolução russa). Por outras palavras, foram as lutas de confronto do período anterior que tornaram possíveis os ganhos mais tarde realizados através de negociações pacíficas.

A falência do Pacto Social

O compromisso de classes, contudo, era uma construção frágil, uma vez que a sua vida dependia de uma economia capitalista estável com uma alta taxa de crescimento. O compromisso foi gradualmente desgastado com o desencadear de profundas crises económicas no capitalismo ocidental no início dos anos 1970. As crises espicaram as forças capitalistas a passarem à ofensiva – entre outras coisas para reduzir custos – atacando os direitos sindicais, os salários e as despesas públicas, minando as próprias bases do Estado social.

Os movimentos sindical e laboral, desradicalizados e despolitizados, foram apanhados de surpresa por esta viragem. Os patrões tornaram-se de repente muito mais hostis à mesa das negociações. As negociações, que antes tinham sido principalmente à volta de melhoramentos em salários e condições de trabalho, passaram a envolver ataques a anteriores conquistas e regulamentações existentes. Como a maior parte da liderança sindical tinha sido impregnada pelo ambiente do compromisso de classe e da paz social, não estava preparada para estes ataques. No quadro da ideologia do pacto social, a ofensiva neoliberal era simplesmente incompreensível. A burocracia sindical permaneceu passiva e o movimento sindical foi forçado à defensiva. Em muitos países, muitos trabalhadores abandonaram os seus sindicatos em massa, na medida em que os sindicatos se mostravam incapazes de defender os seus interesses.

Assim, os anos 1980 representaram um enorme revés para o movimento sindical, como pode ser visto nas estatísticas sobre o nível de sindicalização (organização da força de trabalho) em alguns importantes países da Europa Ocidental (ver tabela abaixo).

Trabalhadores sindicalizados, em percentagem da força de trabalho

	1985	1995
França.....	15.....	9
Itália.....	48.....	44 (1994)
Grã-Bretanha.....	59 (1979).....	31
Espanha.....	27 (1980).....	19 (1994)
Alemanha (Ocid.).....	35.....	29 (1993)

Fonte: A. Wahl, et al, 'Patide a laere fransk': Strategi for motsand (Oslo, John Griegs Forlag, 1998)

Os poucos sindicatos que tentaram reagir contra os ataques neoliberais, como fizeram os mineiros britânicos, foram derrotados. No caso britânico, uma das razões da derrota está no facto de a burocracia da confederação dos sindicatos (TUC) ter considerado a acção militante nas empresas uma ameaça para a política de consenso do pacto social maior do que os ataques furiosos das companhias mineiras e do regime de Thatcher. Muitos anos mais tarde, a TUC admitiu que tinha sido errado não apoiar a greve dos mineiros, mas nessa altura os estragos estavam feitos. E espantosamente, a TUC não alterou o seu apoio ao pacto social.

Com a falência das economias da Europa de Leste, cerca de 1990, a única alternativa ao capitalismo ocidental desapareceu. O capitalismo tinha triunfado em todas as frentes e para os patrões o compromisso com o trabalho já não era necessário. Agora as forças capitalistas podiam perseguir os seus estreitos interesses políticos e económicos com menos inibições. É por isto que o compromisso de classes (ou o modelo do consenso) faliu ou está a falir por toda a Europa Ocidental. As condições históricas e económicas para tal compromisso já não existem, e o mais importante produto deste compromisso, o Estado social, está debaixo de crescente pressão.

Esta análise das relações de forças não é entendida pela ala dominante das actuais lideranças sindicais. Quando a ofensiva neoliberal começou há cerca de vinte anos e os patrões cortaram gradualmente com a política da parceria social, a única resposta que a maioria da burocracia sindical conseguiu dar foi continuar a sua política de consenso. Alguns sindicatos quase mendigam aos patrões hostis um regresso ao pacto social. Esta política tem sido alimentada pela forte orientação nacional do movimento sindical. Em vez de se reorientarem no sentido de confrontar os agora mais agressivos interesses capitalistas, a estreita orientação nacional e a ideologia da parceria social dos sindicatos conduziram grande parte do movimento sindical a uma aliança com a – e, consequentemente, a uma subordinação à – batalha do capital “nacional” para se tornar internacionalmente competitivo. Na Alemanha, o termo *Standort Wettbewerb* é usado para significar não apenas as alianças dos sindicatos com as empresas alemãs, mas também o apoio ao Estado alemão na competição da Alemanha com outras nações.

Grande parte do movimento sindical tem sido mais profundamente atraída para os negócios sindicais e os formalismos legais do que para uma mudança no sentido de uma estratégia assente numa análise de classe e numa avaliação das relações de forças. A batalha do movimento sindical alemão pela “unidade do trabalho” durante os meados dos anos 1990 é um bom exemplo desta política de aliança nacional com o patronato. Esta foi uma proposta para uma renovação formal do pacto social. Foi feita pela Confederação Alemã dos Sindicatos e propôs a aceitação de condições de trabalho mais pobres em troca de segurança do emprego. Foi recusada pelos patrões. No mesmo sentido, a luta, junto da Organização Mundial do Comércio, estreitamente focada na obtenção de níveis laborais mínimos, que os líderes do movimento sindical mundial perseguem nos últimos

dez anos, é um excelente exemplo do formalismo legal que se desenvolveu sem uma análise do balanço de forças entre trabalho e capital.

Os burocratas sindicais, tanto no plano nacional como no internacional, continuam a ver-se a si próprios como mediadores entre o trabalho e o capital. Hoje, quando as forças capitalistas estão na ofensiva e provocaram o desenvolvimento de um movimento popular internacional pela justiça e a solidariedade que se opõe à globalização empresarial em curso, o movimento sindical internacional anseia por se definir como uma força de mediação entre este movimento e os interesses empresariais. Isto mesmo foi abertamente expresso quando o terceiro Fórum Social Mundial (FSM) teve lugar em Porto Alegre, Brasil, em Janeiro de 2003 – em paralelo com o Fórum Económico Mundial (FEM) da elite política e económica, em Davos, Suíça. O movimento sindical internacional fez então uma declaração, “Democratizar a Globalização: Declaração Sindical ao FSM e ao FEM de 2003”, que foi assinada por todos os importantes organismos sindicais internacionais (2). Entre outras coisas, declarava que:

O movimento sindical internacional tem uma mensagem comum para Porto Alegre e Davos. Visão, vontade política e as necessárias capacidades devem ser juntas a nível mundial para alcançar o desenvolvimento e garantir trabalho decente para os milhões de trabalhadores que hoje vivem na precariedade e na pobreza sem perspectivas de um futuro melhor. Isso requer empenho de recursos e empenho no papel. Requer sistemas de governação que promovam o nosso bem comum, os nossos direitos e democracia. Requer processos efectivamente democráticos e requer diálogo para os tornar realidade. Pressionaremos o FEM para responder à necessidade de globalizar a justiça social. Ao mesmo tempo, contribuiremos no FSM para encontrar abordagens construtivas para democratizar a globalização no interesse de todos os trabalhadores (3).

Quer dizer, a maioria das organizações sindicais internacionais não se considera pertencer ao novo movimento contra a globalização empresarial (4). Consideram este novo movimento politicamente demasiado radical. A Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL) ou os Sindicatos Mundiais, portanto, não junta forças com o resto dos movimentos quando vão para o Fórum Social Mundial – levam a cabo as suas próprias conferências e reuniões à margem dos fóruns. Ao mesmo tempo, enviam igualmente delegações de alto nível ao Fórum Económico Mundial. “Sempre conseguimos a maior parte das coisas através do diálogo”, é o refrão constantemente repetido.

Políticas independentes das relações de forças

A completa falta de análise das relações de forças e das condições para a estratégia sindical é também notória no trabalho educacional feito internacionalmente pelos sindicatos. Um certo número de sindicatos e confederações da Europa Ocidental dirigem programas de formação na forma de projectos de solidariedade com sindicatos irmãos da Europa de Leste bem como em países em desenvolvimento. Nestes projectos educacionais, os sindicatos ocidentais disseminam o que consideram ser o seu grande sucesso – o pacto social. Tentam convencer o

movimento sindical do resto do mundo das vantagens de irem atrás de um modelo de parceria social. Dadas as actuais relações de forças, este tipo de educação é contraproducente para os sindicatos da Europa de Leste e do mundo em desenvolvimento, que estão debaixo de ataque de patronatos agressivos e que buscam o confronto.

É importante notar que todos os desenvolvimentos descritos acima afectaram os sindicatos da indústria transformadora mais fortemente do que os do sector público e em parte da indústria de transportes. Isto aconteceu porque a indústria transformadora está mais directa e fortemente exposta à competição internacional. Assim o revés dos sindicatos e a viragem política e ideológica para a direita foi mais notória na indústria transformadora do que em qualquer outro sector do movimento.

A desastrosa continuação de uma política de parceria social, numa situação em que a base económica e social para esta parceria se apaga, está hoje a ser seguida pela maioria da burocracia sindical europeia – em particular a Confederação Europeia de Sindicatos (CES). Assim, nos últimos anos, temos assistido a uma crescente actividade na forma de consultas, negociações, *lobbying* e do chamado diálogo social entre os assumidos parceiros sociais do mercado de trabalho. O resultado, até agora, tem sido um desenvolvimento de uma burocracia mais reforçada no movimento sindical europeu. O diálogo social, ou “negociações ao nível da UE”, como tem sido erradamente caracterizado por alguns, é um exercício que não inclui o direito de acção nas empresas. É pois fácil de perceber por que razão os resultados têm sido tão magros. Ao nível internacional, a CISL é o mais firme defensor da política de parceria social, muito claramente expressa numa declaração em que comenta o Pacto Global das Nações Unidas (*United Nations Global Compact*). Entre outras coisas, gaba-se de ter publicado uma declaração conjunta com a ONU, usando alguma da mesma linguagem-chave utilizada numa declaração conjunta correspondente da ONU com a Câmara de Comércio Mundial, nomeadamente:

Foi acordado que os mercados mundiais requerem regras mundiais. O objectivo deve ser o de permitir que os benefícios da globalização se espalhem crescentemente a todas as pessoas edificando uma rede efectiva de regras multilaterais para uma economia mundial que está a ser transformada pela globalização dos mercados... O encontro acordou que o Pacto Global deve contribuir para este processo ajudando a construir parcerias sociais de negócios e trabalho. (5) Ao nível das empresas, os Conselhos de Empresa Europeus (*European Works Councils*) tornaram-se a resposta da burocracia. Estes conselhos de representantes dos trabalhadores em empresas transnacionais não dão real influência aos trabalhadores, mesmo sendo úteis para reunir informação e estabelecer contactos entre sindicatos. Os conselhos têm menos influência que instituições similares que se desenvolveram nos países nórdicos e na Alemanha no período do pós-guerra, embora mesmo esses tenham perdido influência real nesses países à medida que as forças do mercado ganharam terreno. Na Europa, esta linha de diálogo social impotente arrasta o movimento sindical para um beco sem saída. Uma política sindical baseada na

mobilização dos seus membros para enfrentar e combater os ataques dos patrões é quase inexistente no plano da UE, mesmo se vemos tendências nessa direcção no plano nacional (em França em 1995 e em Itália em 2002).

O deprimente resultado destas políticas tem sido a aceitação pelo sector dominante do movimento sindical de uma redução passo a passo nas condições sociais e de trabalho. Através de negociações, os sindicatos aceitaram gradualmente uma crescente “flexibilização” do trabalho. Em diferentes países europeus observam-se recuos nos apoios sociais tais como reduções dos subsídios e das pensões de doença, cortes nos subsídios de desemprego, maiores custos na educação pública, creches, serviços sociais e de saúde, e a abolição dos projectos de habitação não lucrativa. As condições de trabalho pioraram pela minagem das leis e acordos de trabalho, incluindo o enfraquecimento dos regulamentos dos horários de trabalho, da redução do pagamento do trabalho extraordinário, a reintrodução do trabalho por turnos em muitas indústrias, menor segurança de emprego, mais empregos de curta duração, mais uso de mão de obra de aluguer e a termo certo, e de negociação mais descentralizada. Um importante efeito desta evolução foi a desmoralização dos trabalhadores e a redução dos trabalhadores sindicalizados, à medida que os sindicatos falhavam na protecção dos seus membros. O crescimento dos partidos populistas de direita é provavelmente o resultado mais perigoso desta política sindical de tolerância.

Considerações estratégicas

O que pode então o movimento sindical fazer para fazer frente a ofensiva global das empresas? Uma coisa é clara: a retórica radical não basta, mesmo se é comum nas reuniões internacionais. As experiências do Primeiro Fórum Social Europeu em Florença, Itália, em Novembro de 2002 servem de exemplo. Aí se ouviram pelo menos dois tipos de posições dos sindicatos. Um veio de grupos não representativos, pequenos e muito militantes. Outro era constituído por representantes de correntes dominantes de sindicatos europeus. Por exemplo, um representante de um sindicato alemão, IG Metall, queria abrir a luta pela semana de 30 horas. Não referiu, contudo, que o mesmo sindicato negociara um acordo com a Volkswagen apenas um ano antes que minou os salários existentes e as condições de trabalho para induzir a empresa a abrir uma nova fábrica na Alemanha e não num país do Leste europeu com baixos custos. Nenhum dos representantes destes sindicatos respondeu aos verdadeiros problemas de hoje do movimento sindical na Europa. É necessário fazê-lo como base para desenvolver uma estratégia sindical viável.

A primeira coisa necessária é compreender que as políticas de confronto das companhias multinacionais e outros interesses capitalistas têm de ser enfrentadas cara a cara pelos sindicatos. Existem discordâncias e contradições acerca desta posição entre o movimento sindical – tanto a nível nacional e local como a nível internacional. Aqueles que nos sindicatos querem revitalizar as suas organizações terão de construir novas alianças baseadas nos melhores sectores do movimento. Mesmo havendo excepções, estas organizações laborais encontram-se principalmente no sector público, nos transportes, em alguns sectores privados de serviços e num

certo número de ramos locais do movimento sindical.

Para confrontar as empresas transnacionais é preciso criar redes de contactos e encorajar a cooperação entre trabalhadores das mesmas indústrias através das fronteiras nacionais ou de empresa. O desenvolvimento de solidariedade internacional numa base de classe terá de quebrar a tendência do sindicalismo de empresa que favorece “a nossa” empresa contra a “deles”. Esta é uma tendência que tem uma tradição mais forte no movimento sindical dos EUA do que na Europa, mas tem sido reforçada também na Europa nos últimos vinte anos, à medida que sindicatos despolitizados e desradicalizados juntaram forças com “os seus” empregados para proteger empregos no plano nacional – em competição com empresas de outros países. Esta estratégia estreita e mal direccionada tem de ser substituída por uma luta conjunta assente numa base de classe em que o controlo democrático da produção e da distribuição seja posto em primeiro plano.

Outra importante luta em torno da qual tem de ser constituída uma nova aliança sindical internacionalista é a luta contra o controlo dos serviços públicos pelas empresas privadas. Isto significa combater a privatização e defender as conquistas obtidas com o Estado social. O controlo destes sectores da sociedade pelas empresas representa um elemento muito importante da alteração da relação de forças entre trabalho e capital nas nossas sociedades.



Outra importante parte de uma estratégia sindical progressista é desafiar as ideias dominantes da burocracia sindical – a ideologia da parceria social e a acomodação pacífica entre trabalho e capital. Teremos de travar difíceis mas fraternais discussões internas sobre este assunto particular dentro do nosso movimento. Estas discussões deveriam basear-se no entendimento de que a política de parceria social não é o resultado de conspirações ou de traição, mas o resultado de um desenvolvimento histórico específico.

Precisamos de novas análises que possam explicar às pessoas como é que o compromisso histórico entre o trabalho e o capital foi concebido e porque se desfez. O descontentamento do povo com a evolução actual tem de ser tomada a sério; a sua ansiedade e insatisfação devem ser politizadas e canalizadas para lutas sindicais e políticas, pelas suas condições de trabalho e de vida, com carácter de classe. Esta é a única maneira de impedir que estas pessoas sejam mobilizadas por partidos populistas de direita.

Devemos concentrar-nos nas condições de vida e de trabalho na brutalização do trabalho que está a ter lugar à medida que uma parte crescente da economia fica exposta à competição do mercado, e na redução da influência dos trabalhadores sobre o seu dia de trabalho e do seu controlo sobre o processo de trabalho.

É importante perceber que isto também tem muito a ver com a autoconfiança das pessoas. A dignidade dos trabalhadores está a ser sistematicamente atacada – nos locais de trabalho, nos meios de comunicação, nos debates públicos de todo o tipo, e no clima cultural de uma sociedade dominada pelo pensamento e valores burgueses e pelas políticas neoliberais. Isto só pode ser alterado fazendo apelo às noções de trabalho produtivo, relacionamento

de classe e identidade de classe. Não pode, porém, ser imposto às classes trabalhadoras a partir de fora. Tem de ser desenvolvido como uma parte, e ao longo, da luta social.

Finalmente, temos de construir alianças com o novo movimento mundial contra o neoliberalismo – pela democracia, a justiça global e a solidariedade. Este movimento de movimentos mundial é hoje mais politicamente radical e crítico do sistema do que os movimentos sindicais e laborais, mesmo se a sua percepção das relações de classes é bastante pobre. O movimento sindical precisa do radicalismo e da militância deste movimento popular para poder quebrar as ilusões acerca do compromisso de classes. Se esta aliança for desenvolvida de forma construtiva e correcta, os dois movimentos podem reforçar-se mutuamente e levar a luta a um nível mais elevado.

O pacto social nunca foi um alvo definido do movimento laboral; ele foi o resultado de um desenvolvimento histórico específico. Tornou-se possível como o resultado de uma enorme mudança no balanço de forças entre trabalho e capital. A combinação resultante da Revolução Russa, de um forte movimento laboral e sindical no Ocidente, de fortes movimentos de libertação no terceiro mundo e de um longo período de crescimento económico estável da economia capitalista após a Segunda Grande Guerra foram as pré-condições específicas que tornaram possível um período relativamente estável de compromisso social. Procurar um novo compromisso de classes, um novo pacto social, sob as actuais condições de poder muito menos favoráveis, é uma ilusão.

O nosso alvo, portanto, tem de ir para além do pacto social e do Estado providência. Só uma transformação da sociedade suficientemente profunda para remover as condições materiais de uma restauração das políticas neoliberais pode salvaguardar os interesses da população trabalhadora. Nada menos que o socialismo pode garantir isso.

Asbjørn Wahl

O autor é funcionário do *Fagforbundet* (um sindicato norueguês dos trabalhadores dos sectores municipal e da saúde) e vice-presidente da Secção dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários da Federação Internacional dos Trabalhadores dos Transportes (ITF). É também o coordenador nacional da *Pelo Estado Social*, uma aliança nacional baseada nos sindicatos que luta contra a privatização e a desregulamentação e para proteger as conquistas sociais do Estado de bem-estar social.

Notas

1. Eric Hobsbawm - *A era dos Extremos*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
2. Estes incluíam a Confederação dos Sindicatos Livres, a União Mundial das Federações, o Comité Consultivo dos Sindicatos para a OCDE, a Confederação Mundial do Trabalho e a Confederação Europeia dos Sindicatos.
3. Ver www.icftu.org/displaydocument.asp?Index=991216994&Language=EN.
4. Há excepções. Em particular a *Internacional dos Serviços Públicos*, a organização internacional que engloba os sindicatos nacionais do sector público, desempenhou um importante papel no movimento do Fórum Social Mundial, particularmente junto da Organização Mundial do Comércio através da rede *O Nosso Mundo Não Está à Venda* (www.ourworldisnotforsale.org). Um número crescente de sindicatos nacionais e ramos locais estão gradualmente a envolver-se mais fortemente com o novo movimento mundial por justiça e solidariedade.
5. “Declaração da CISL sobre o Pacto Global”

EUA Um orçamento da era Obama

Crise social não é primeira prioridade. Forças Armadas, sim

O orçamento norte-americano para 2011, que entra em vigor em Outubro próximo, foi apresentado pela Administração Obama em inícios de Fevereiro. A proposta suspende muitos dos gastos correntes, mas não todos. A Defesa vai beneficiar de mais 2%, atingindo o montante de 700 mil milhões de dólares, além de mais 33 mil milhões que Obama conta obter do Congresso para as tropas recentemente enviadas para o Afeganistão. Apesar da crise (ou por isso mesmo), o imperialismo norte-americano não perde o tino sobre as suas prioridades.

Os principais cortes da despesa vão atingir a Agricultura, o Comércio e a Justiça e, bem assim (lá como cá), os sectores com implicações no apoio social à população trabalhadora, como a Saúde e os Recursos Humanos, a Habitação e o Planeamento Urbano.

A tentativa de criação de emprego (na verdade, a tentativa de estancar o desemprego) vai ter uma verba considerável, quando considerada em valor absoluto: 100 mil milhões de dólares; mas que representa apenas um sétimo do orçamento da Defesa acima referido. Mesmo assim, a parte de leão desses 100 mil milhões destina-se a apoiar empresas e não a despendar com os trabalhadores propriamente ditos.

“Prevalecer em todas as guerras”

O destino a dar às novas verbas da Defesa é também ilustrativo dos propósitos da Administração Obama. Uma grande parte destina-se a multiplicar as armas usadas pela Força Aérea e pelo Exército, nomeadamente no Afeganistão: aviões não tripulados, bombas de precisão e helicópteros. Outra parte vai financiar Operações Especiais, não apenas no Afeganistão mas também no Líbano, país que os EUA elegeram como novo alvo ao declararem-no “prioridade em política externa” com o pretexto de sempre: “ameaça terrorista”.

O reforço financeiro dá igualmente suporte a uma revisão estratégica da política de “defesa” dos EUA, divulgada, sintomaticamente, em simultâneo com a proposta de orçamento.

Em vez de estarem preparadas, como até aqui, para enfrentar duas

guerras de grandes proporções ao mesmo tempo, as Forças Armadas deverão poder responder, segundo os novos planos, a “uma multiplicidade de ameaças” de forma a “prevalecer em todas as guerras” – sejam ataques terroristas, ciberataques, acções de guerrilha, ou o surgimento de novos países com armas nucleares.

Ora, esta linha é, com toda a probabilidade, a que vai ser discutida na próxima cimeira da NATO a realizar em Portugal no final do ano – o que representará mais um passo no sentido de amarrar os países europeus ao carro de guerra dos EUA.

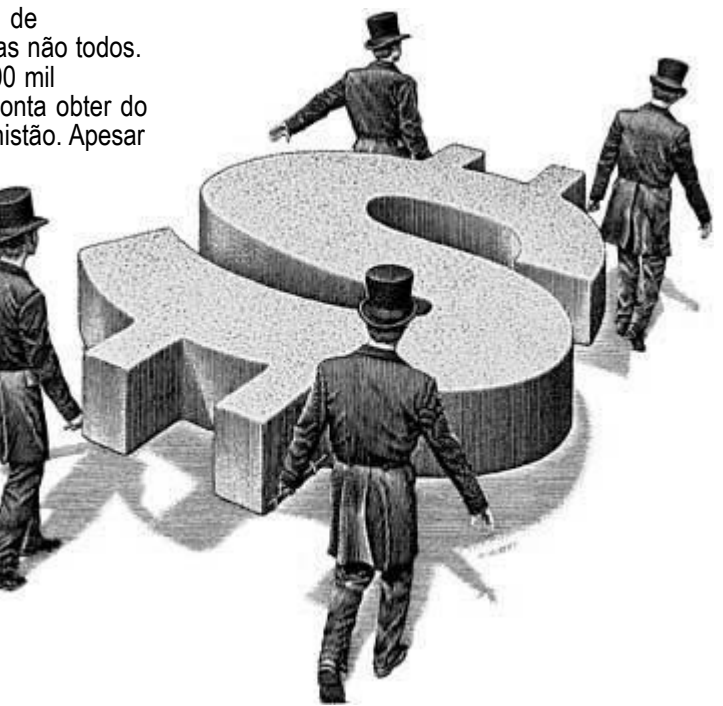
O que os preocupa

Esta orientação dos gastos mostra que não é o défice orçamental astronómico, nem a crise tremenda de desemprego e falências que preocupa as classes dirigentes norte-americanas – é o domínio dos EUA no mundo.

A secretária de Estado Hillary Clinton disse-o de forma aberta quando, a 25 de Fevereiro, defendeu a proposta de orçamento na Câmara dos Representantes.

Afirmou ela: “Deveríamos abordar este défice e a dívida dos EUA como um assunto de segurança nacional, e não apenas como uma questão económica”. E, para que todos percebessem bem o que está em causa, explicou que o endividamento recorde dos EUA limita a “capacidade de garantir a nossa segurança, de lidar com problemas difíceis e de assumir o papel de líderes que merecemos”.

Efectivamente, está em causa o valor do dólar como moeda de troca mundial; por isso, está em causa a capacidade dos EUA pagarem o que devem ao resto do mundo; por



isso, há o risco (pelo menos no horizonte) de os credores reclamarem os seus créditos.

Os EUA são assim levados a coagir os credores para manter o calote, a promover sucessivas guerras de dominação (como no Afeganistão, no Iraque ou na Palestina) para controlar regiões e recursos estratégicos. E a precisarem de verbas cada vez mais colossais para alimentarem a sua máquina

de guerra e fazerem frente aos inevitáveis desaires.

É a isso que Clinton chama “a nossa segurança”, os “problemas difíceis” e o “papel de líderes”. E, conseqüentemente, alertou os congressistas para o facto de a aprovação do orçamento não ser “apenas uma questão económica”. Nem apenas, nem principalmente.

Manuel Raposo

Quem vai pagar

O défice orçamental dos EUA atingirá no final do ano o valor recorde de 1,6 biliões (milhões de milhões) de dólares, mais de 10% do produto interno bruto do país. Ao mesmo tempo, o desemprego continua perto dos 10% da população activa, mesmo se se anuncia desde há meses a “saída da crise”. As previsões apontam que no final de 2011 o défice terá reduzido muito pouco (para 1,3 biliões); e que também o desemprego permanecerá nos mesmos níveis até final do ano que vem.

Além do défice, os EUA têm uma dívida pública colossal que foi fortemente ampliada com os apoios do Estado aos bancos e aos fabricantes de automóveis desde que rebentou a presente crise. Essa dívida atingiu em Fevereiro mais de 14 biliões de dólares (mais de 80% do PIB) e vai crescer outros 8,5 biliões até 2020. O próximo orçamento mostra quem vai pagar tudo isto. **MR**

Manifestações contra a guerra

Milhares de norte-americanos exigiram retirada das tropas do Afeganistão e do Iraque

No passado dia 20 de Março, sétimo aniversário da invasão do Iraque, milhares de pessoas convergiram para a Casa Branca numa Marcha sobre Washington, a maior manifestação contra a guerra desde o anúncio, pelo presidente Obama, da escalada militar no Afeganistão.

Dezenas de autocarros deslocaram-se de, pelo menos, 44 cidades de 19 estados. Os manifestantes reclamaram “EUA fora do Iraque e do Afeganistão, já”, “Palestina livre”, “Reparações ao Haiti”, “Não às sanções contra o Irão” e exigiram “dinheiro para empregos, educação e saúde”. Os oradores do comício de Washington representavam um amplo sector do movimento anti-guerra, incluindo veteranos e famílias de militares, trabalhadores, jovens e estudantes, grupos pró-direitos dos imigrantes, e membros da comunidade muçulmana e árabe.

Após o comício, uma passeata de militantes liderados por veteranos, membros do serviço militar no activo e famílias de militares percorreu as ruas da cidade carregando caixões cobertos com bandeiras do Afeganistão, Iraque, Paquistão, Somália, Iémen, Haiti e dos EUA, como símbolo dos custos humanos da guerra e da ocupação. Os caixões foram sendo deixados ao longo do caminho para Halliburton, junto ao Washington Post, ao Departamento de Assuntos dos Veteranos dos EUA e de outras instituições ligadas à guerra do lucro, da propaganda e do sofrimento humano. O último caixão

ficou junto à Casa Branca — o centro de decisão do imperialismo estado-unidense.

Manifestações semelhantes em São Francisco e Los Angeles atraíram 5 mil e 3mil pessoas.

Em São Francisco, a manifestação contou com a participação da *Unite Here* - funcionários de hotéis, que estão actualmente lutando por um contrato, estudantes, professores e pais que se têm vindo a organizar contra cortes no orçamento da educação e membros da comunidade e activistas que estão envolvidos na luta para impedir aumentos das tarifas e cortes nos serviços.

Em Los Angeles, os manifestantes marcharam pelas ruas de Hollywood carregando caixões, mas também grandes túmulos onde se lia “Cuidados de saúde, Emprego, Educação Pública, Habitação”, chamando a atenção para a guerra económica que está a ser travada contra a classe trabalhadora norte-americana a fim de financiar as guerras no exterior. Com efeito, serviços sociais essenciais estão a ser cortados para pagar o maior orçamento de Defesa da história.

As manifestações de 20 de Março marcam uma nova fase no movimento anti-guerra. Uma nova

camada de activistas juntou-se a essas acções em grande número, incluindo jovens e estudantes de comunidades multinacionais da classe trabalhadora. Foi estabelecida uma clara relação entre as guerras no exterior e a guerra contra as classes trabalhadoras do país. Embora menor que a acção de 2007, esta mobilização foi maior do que a manifestação do ano passado — a primeira grande manifestação anti-guerra sob a administração de Obama.

A experiência mostrou que não basta uma mudança na presidência e que faz falta uma mudança no sistema que vive da guerra, do militarismo e dos lucros.

Estas manifestações foram um sucesso graças ao trabalho empenhado de milhares de organizadores e voluntários por todo o país. Recolheram fundos, espalharam a palavra em cartazes e panfletos, organizaram meios de transporte e realizaram tudo o que era preciso no dia da manifestação. Tomaram as ruas em força, mesmo quando o governo tentou calá-los com dezenas de milhares de dólares em multas ilegais por colocação de cartazes em Washington, e com acusações criminais contra os activistas, pela mesma razão, em Los Angeles e São Francisco.

ANSWER / MV

Ocupação de terras

Começou em Pernambuco, no dia 11 de Abril, a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. A Jornada acontece todos os anos em Abril, em memória dos 19 trabalhadores rurais Sem Terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, durante uma operação da Polícia Militar, em 1996. A data do massacre, 17 de Abril, tornou-se o Dia Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. Também no dia 11 de Abril, o MST procedeu à ocupação de oito latifúndios em todo o estado de Pernambuco, envolvendo na operação cerca de 1200 famílias. Isto, ao mesmo tempo que reivindica o assentamento para cerca de 90 mil famílias acampadas em todo o país.

EUA pressionam Irão

O maior estado terrorista do mundo (veja-se o seu papel no Iraque, Afeganistão, América Latina ou África) arroga-se o direito de ter armas nucleares e de determinar quem mais pode ou não dispor dessas armas. Entre aqueles a quem tal seria permitido está outro estado terrorista, seu amigo — Israel. Agora, à margem da cimeira sobre o nuclear, realizada em Washington, a Casa Branca afirmou que os EUA e a China tinham chegado a acordo para avançarem em conjunto na discussão de uma nova ronda de sanções contra Teerão. Contudo, um porta-voz chinês já veio dizer que o problema do nuclear iraniano só se pode resolver com diálogo e negociações.

França em luta

No dia 23 de Março, quase um milhão de trabalhadores dos sectores público e privado manifestaram-se em França contra os projectos governamentais de corte de milhares de empregos na função pública (incluindo na saúde e na educação), assim como do pretendido aumento da idade de reforma. Houve manifestações e greves em mais de 170 cidades, atingindo estas últimas particularmente os transportes, a educação e a administração pública. Isto aconteceu apenas dois dias depois da derrota da UMP (União para um Movimento Popular), de Sarkozy, nas eleições regionais francesas.



Quirguistão Levantamento popular derruba governo aliado dos EUA

Milhares de pessoas arriscaram a vida, e dezenas foram mortas, num levantamento popular que derrubou o poder no Quirguistão, uma ex-república da URSS da Ásia Central. O governo derrubado tinha estreitas relações com os EUA.

O presidente deposto, Kurmanbek Bakiyev, tomou o poder em 2005 através de uma "Revolução da Túpica" promovida pelas potências do Ocidente.

Uma base militar dos EUA foi, então, instalada no país para apoio à guerra contra o Afeganistão, por aí tendo passado, só em Março, perto de 50 mil tropas norte-americanas. Recentemente, os EUA aceitaram aumentar o aluguer da base de 20 para 60 milhões de dólares, ao mesmo tempo que, num acordo mantido secreto, o irmão do presidente venderia combustível para aviões norte-americanos, negócio que lhe daria um lucro de 10 milhões de dólares por mês.

Entretanto, Bakiyev aumentou em Janeiro o preço da electricidade e do aquecimento em valores que vão de 170 a 400%, num país em que perto de metade da população vive abaixo do limiar de pobreza. Com tais preços, muita gente gastava 80% do rendimento em electricidade e aquecimento. Estas medidas foram uma sentença de morte para muitas famílias.

Em 7 de Abril a população cercou os edifícios governamentais na capital, Bichkek, e recusou dispersar. Por ordem do presidente, a tropa disparou matando 75 pessoas e ferindo centenas. Mas a população invadiu os edifícios, e a tropa e a polícia baixaram as armas.

O levantamento espalhou-se pelo país demitindo os representantes locais do poder. Um governo provisório, entretanto formado, pediu assistência económica à Rússia, afirmando que a sua prioridade é resolver as dificuldades materiais da população.

Apesar de o novo governo não ter falado em cancelar o contrato da base militar, as autoridades dos EUA mostram séria preocupação com os acontecimentos. Não só por poderem ter perdido um aliado, como por verem em risco a sua política de guerra no Afeganistão.

Manuel Raposo

Os negócios de Blair no Iraque

O ex-governante ocultou um contrato sobre petróleo do Curdistão

O grande sócio de George Bush na invasão do Iraque não queria que se soubesse que estava a beneficiar da guerra que ele ajudou a promover. Mas a entidade pública à qual os ex-detentores de altos cargos devem comunicar as suas actividades comerciais decidiu divulgar a informação, contra a vontade de Blair. A revelação é feita pelo diário espanhol *Público* e transcrita pelo site www.other-news.info.

Blair foi contratado em Agosto de 2008 pela empresa sul-coreana *UI Energy Corporation* (UIEC)

"como assessor de um consórcio de investidores", a troco de uma quantia não revelada. A UIEC detém participações em vários contratos de exploração de petróleo concedidos pelo governo curdo sem autorização das autoridades iraquianas.

A cláusula do segredo, alegou Blair, foi uma solicitação da empresa. No entanto, na sua página na Internet, a UIEC assume ter contratado os serviços de políticos de reputação internacional, como o ex-primeiro-ministro australiano Bob Hawke, o ex-responsável pelo Pentágono Frank Carlucci e o general norte-americano John Abizaid, que comandou as tropas dos EUA no Iraque e no Afeganistão.

Um milhão de libras

Blair está também, desde Dezembro de 2007, a soldo da Família Real do Kuwait, cujos negócios são quase indistintos dos do país.

Foi encarregue de elaborar um relatório sobre o futuro da indústria petrolífera nos próximos 30 anos. Não se conhecem as características desse relatório nem tão pouco que contributo poderá dar Blair que não esteja ao alcance dos especialistas que há décadas analisam o negócio do petróleo. Apenas se sabe que o ex-primeiro-ministro irá receber um milhão de libras (mais de 1 milhão e 200 mil euros) pela missão.

E ainda

Não se trata dos primeiros contratos de Blair relacionados com o petróleo no Próximo Oriente. *Mubadala*, um fundo de investimentos dos Emiratos Árabes, paga-lhe um milhão de libras por ano pela sua actividade de assessor. A empresa está em negociações para explorar o campo petrolífero Zubair, no sul do Iraque,

que tem reservas estimadas em 4 mil milhões de barris.

Consultor de luxo

Depois de uma vida dedicada à política, Blair dedicou-se a ganhar dinheiro e em muito pouco tempo obteve um património estimado entre 16 e 22 milhões de euros. Cobra uma média de 110 mil euros por conferência e recebeu quase cinco milhões de euros como adiantamento pelas suas memórias, a publicar em Setembro.

Aos cargos de consultor permanente da *JP Morgan Chase* e da *Zurich Financial*, acrescentou, há umas semanas, outro na empresa de produtos de luxo *Louis Vuitton Moët Hennessy*.

Outros contratos menos remunerados ensombram a sua reputação, já por demais manchada no Reino Unido. Em Janeiro, soube-se que cobrará 220 mil euros por dar quatro conferências aos dirigentes da *Lansdowne Partners*, um fundo de capital de risco que ganhou centenas de milhões de euros na especulação com acções dos bancos britânicos em 2008.



"É incrível..."

A paixão de Blair e da sua mulher Cherie por dinheiro é conhecida. O ex-primeiro-ministro não se inibiu de contar em algumas entrevistas que perdera muito dinheiro por dedicar-se à política. "É incrível como muitos dos meus amigos do liceu e da universidade se tornaram tão ricos", referiu uma vez a um jornalista.

As perdas estão, como se vê, em franca recuperação.

P / ON / Cristina Meneses

E na Palestina

Em Junho de 2007, no mesmo dia em que deixava de ser primeiro-ministro, Tony Blair aceitou o cargo de enviado especial do Quarteto para o Próximo Oriente (EUA, Rússia, ONU e UE), como mediador entre palestinos e israelitas e para "reactivar a economia palestina". Fixou residência num palacete com vista para a esplanada das mesquitas, mas por razões de segurança mudou para o *American Colony*, o hotel mais caro de Jerusalém.

Ao assumir o cargo, Blair disse que passaria seis meses por ano em Jerusalém. Mas sabe-se, pelos seus colaboradores, que vai lá muito menos que uma semana por mês. Mesmo assim, Blair dá Jerusalém como sua residência fixa.

No ano passado a equipa de Blair contou com um orçamento de mais de 600 mil libras (cerca de 666 mil euros) suportado pelo ministério britânico dos Negócios Estrangeiros. Blair nunca reuniu com alguém do ministério para informar sobre o seu trabalho.

Resultados da missão? Nos mais de dois anos e meio como enviado especial, Blair diz ter conseguido levantar um controlo militar israelita na Cisjordânia de entre os mais de 200 que ali estão instalados.

Outro dos seus "êxitos" foi a realização de duas conferências na Cisjordânia para atrair o investimento estrangeiro. **P / ON / CM**

Declaração conjunta exige mudança de política ao governo português

Contra um mundo em estado de guerra

Quando se completaram sete anos sobre a invasão e a ocupação do Iraque e sobre a queda de Bagdad, ocorridas a 20 de Março e a 9 de Abril, um conjunto de organizações portuguesas tornou pública uma declaração em que toma posição sobre a situação de guerra que se vive no Próximo e Médio Oriente e em que exige ao governo medidas para uma mudança da actual política portuguesa.

Lembrando a ilegalidade da agressão, os mais de 1 milhão e 200 mil mortos, a destruição física do país, a declaração conclui que o Iraque está hoje reduzido à condição de um protectorado dos EUA. E põe em evidência o facto de a guerra ao Iraque se inserir numa série ininterrupta de guerras que, desde o fim da Guerra Fria, os EUA vêm promovendo, assumindo-se desde então como garantes da “segurança global”, ou seja, garantes do seu projecto imperial. Para isso, diz a declaração, os EUA converteram a NATO, de aliança alegadamente defensiva, em braço armado desse projecto, à escala planetária.

O papel de Portugal é igualmente denunciado por ter apoiado política e militarmente a agressão e por, desde então, no âmbito da NATO, Portugal ter vindo a envolver-se progressivamente em teatros de guerra, especialmente no Afeganistão. O país colabora, assim, em estratégias que contrariam os princípios constitucionais e de direito internacional em que devem assentar as relações internacionais do Estado Português.

Dez medidas

Invocando esses princípios, as organizações signatárias da declaração, no espírito que tem presidido à actuação do Tribunal-Iraque português, exigem ao Governo português as seguintes medidas:

1. A desvinculação frontal e expressa da política de colaboração com os ocupantes seguida quanto ao Iraque, e o seu empenhamento na promoção de uma política que devolva ao povo iraquiano a sua integral soberania;
2. A desvinculação da política de participação na ocupação do Afeganistão, com a retirada imediata de todas as forças militares para aí deslocadas;
3. A defesa empenhada, no âmbito de todos os fóruns internacionais, de políticas de apaziguamento dos conflitos, e de condenação do uso da força militar, nomeadamente no caso do Irão;
4. A condenação clara e firme da ocupação por Israel dos territórios “conquistados” em 1967, e do “sequestro” desumano e ilegal a que vem submetendo a população da Faixa de Gaza;
5. O reconhecimento do direito do povo palestiano à insurreição contra a ocupação israelita, e a contribuição para a prestação de auxílio às populações palestinianas indefesas;
6. O reconhecimento de igual direito aos povos iraquiano e afegão contra a ocupação dos seus países conduzida pelos EUA;
7. O termo da utilização da base das Lajes para trânsito de pessoal e equipamento militar destinados aos teatros de guerra abertos pelos EUA no Próximo e Médio



Oriente. A recusa de autorizar o alargamento do âmbito territorial e os fins de utilização da base, como pretendem as autoridades norte-americanas;

8. A colaboração plena na investigação dos chamados “voos da CIA” que cruzaram o espaço aéreo português ou que fizeram escala em Portugal, com vista à responsabilização, inclusivamente a nível criminal, de todos os que colaboraram ou participaram nessa prática ilegal;

9. A recusa de um conceito estratégico da NATO que de qualquer forma legitime esta organização a intervir militarmente contra as determinações estabelecidas pela Carta das Nações Unidas;

10. O cumprimento do preceito constitucional que preconiza a abolição dos blocos político-militares.

Subscvem a declaração: o Tribunal-Iraque, a Associação Abril, a CGTP, o Comité de Solidariedade com a Palestina, o Comité de Solidariedade Mumia Abu-Jamal, CPPC (Conselho Português para a Paz e a Cooperação), o Fórum Pela Paz e Pelos Direitos Humanos, o MDM (Movimento Democrático de Mulheres), o Mudar de Vida, a Política Operária e a Solidariedade Imigrante.

A Swift espia-nos

À conta da “ameaça terrorista”, os EUA vasculham, diariamente, 15 milhões de transacções bancárias feitas por cidadãos em 8 mil bancos de todo o mundo. Os dados são geridos pela empresa Swift, com sede na Bélgica e sucursal nos EUA, e incluem os nomes dos emissários e destinatários e as mensagens que acompanhem as transacções.

No passado dia 1 de Fevereiro entrou em vigor um acordo entre os EUA e a União Europeia que renova o acesso dos norte-americanos a dados sobre transacções bancárias dos cidadãos europeus. Tal acesso tinha já sido permitido, temporariamente, pelas autoridades europeias que cederam às pressões feitas pelos norte-americanos, na sequência dos atentados de 2001, com o pretexto de combater as fontes de financiamento do “terrorismo”.

O acordo foi firmado pelos governos dos 27 países membros, com o apoio da Comissão Europeia (do dr. Durão Barroso) no dia 30 de Novembro do ano passado, precisamente na véspera de entrar em vigor o Tratado de Lisboa.

Este facto levantou protestos entre os deputados do Parlamento Europeu uma vez que o dito Tratado confere mais poderes ao Parlamento em matéria de defesa da privacidade dos cidadãos. E estando em causa essa

privacidade, não admira que alguns deputados pedissem um adiamento da decisão para que o assunto fosse devidamente discutido em sede própria.

Mas nada feito: apesar de o adiamento proposto ser de apenas nove dias, tanto os governos como a Comissão o rejeitaram com receio de um voto negativo no Parlamento.

Um exemplo mais da democracia que vigora na União Europeia, mesmo entre os órgãos que a constituem.

Manuel Raposo

DITO

Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo.

Karl Marx (1818-1883)